

Tribunal de Contas detecta várias deficiências numa auditoria às lojas RIAC

A Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas divulgou ontem os resultados de uma auditoria à Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão (RIAC), em que pretendeu apreciar os níveis de desempenho e de qualidade dos serviços prestados pela entidade auditada.

A RIAC dispunha de 55 lojas na Região Autónoma dos Açores e de uma loja em Lisboa, representativas de 83% e de 98% do número total de contatos realizados em 2022 e em 2023, respetivamente.

O orçamento da RIAC para 2023 ascendeu a 6,5 milhões de euros, representando um aumento das receitas gerais. Por outro lado, a despesa aumentou cerca de 250,3 mil euros (+5%), face ao ano anterior.

No ano de 2023 registou-se uma diminuição das receitas próprias, tendo-se verificado um aumento das receitas gerais. Por outro lado, a despesa aumentou cerca de 250,3 mil euros (+5%), face ao ano anterior.

No ano de 2023 houve uma diminuição dos contatos (-35,79%) e dos serviços prestados face a 2022 (-33,15%), em grande medida face à diminuição da prestação de serviços relacionada com o «Certificado Digital Covid» (-88%), da prestação de «Outros serviços» (-59%) e de resposta a



«Pedidos de informação» (-43%).

No âmbito temporal da ação, verificouse que a RIAC não cumpriu todas as metas definidas para os respetivos indicadores, conclui a auditoria.

Com base nos resultados obtidos, no ano de 2022, a RIAC (auto)avaliou o serviço de «Bom», e, no ano de 2023, de «Satisfatório».

Porém - aponta o Tribunal - em conformidade com o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores, a menção qualitativa de «Bom», na avaliação final do desempenho, implica,

desde logo, que todos os objetivos sejam pelo menos atingidos, o que não se verificou no ano de 2022.

O Tribunal de Contas constata ainda que a RIAC não tem definido um processo formal, e integrado, de monitorização que permita aferir se os recursos alocados (humanos e financeiros) são adequados à concretização dos objetivos planeados, com vista a identificar os eventuais desvios nos resultados e nos custos.

Não é assegurado o acompanhamento e coordenação do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da RIAC.

A RIAC não tem implementado a Common Assessment Framework (CAF), ferramenta de aplicação obrigatória e adequada para a (auto)avaliação da qualidade em todos os aspetos da organização. No ano de 2023, o nível de satisfação dos cidadãos estava próximo dos 100%.

Apesar do número total de reclamações ter registado uma diminuição no ano de 2023 (-25%), o número de reclamações respondidas fora do prazo duplicou.

No âmbito das atribuições da RIAC, salienta-se que os postos móveis RIAC inserem-se no projeto P3. RIAC Móvel - para um serviço mais acessível e inclusivo ao

cidadão, no âmbito do Investimento C19-i06-RAA - Modernização e Digitalização da Administração Pública-RAA, que integra a Dimensão Estruturante «Transição Digital», do Plano de Recuperação e Resiliência, para os Açores.

O projeto prevê a disponibilização de 11 postos móveis RIAC, e divide-se em três subprojectos, encontrando-se concluído. Até ao final do ano de 2024, prevê-se a entrada de funcionamento de todos os postos.

Com reporte a 30-04-2024, no âmbito do projeto Posto móvel de atendimento ao cidadão, a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, enquanto beneficiário final, recebeu, a título de adiantamento, 89 mil euros, e a título de reembolso, 240,5 mil euros, perfazendo um montante total de 329,5 mil euros.

Face a estas conclusões, o Tribunal de Contas faz uma série de recomendações à Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão e à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Emprego Público, com vista a implementarem algumas medidas para melhoramento dos serviços.

Autoridades regionais estão em alerta sobre a gripe das aves

As autoridades de saúde dos Açores estão "a acompanhar atentamente" o foco de "Gripe Zoonótica de Alta Patogenicidade, do subtipo H5N1", conhecida como gripe das aves, numa exploração de galinhas poedeiras, no concelho de Sintra.

De acordo com as fontes do "Diário dos Açores", não há razões para alarme, porque "o risco é muito diminuto nos Açores", a não ser que alguém tivesse importado aves contaminadas, o que não é previsível.

De qualquer modo, segundo as mesmas fontes, "a importação de casos é incontornável, apesar da vigilância atenta".

A fiscalização também parte das próprias pessoas, porque se forem testemunhas de aves mortas devem contactar de imediato as autoridades de saúde.

De acordo com DGS, "até ao momento, não há registo de pessoas com sintomas ou sinais sugestivos de infeção humana pelo vírus H5N1, nem foram notificados quaisquer casos na plataforma de suporte ao Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SINAVE)".

As autoridades de veterinária e as autoridades de Saúde estão agora, segundo a DGS, "a implementar as medidas necessárias para o controlo e erradicação deste foco".

Vírus não se transmite através do consumo de carne

A DGS sublinha que a transmis-



são do vírus H5N1 para humanos é um evento "raro", com casos esporádicos registados a nível global. No entanto, caso ocorra, "a infeção pode manifestar-se com um quadro clínico grave".

Ainda segundo a DGS, a transmissão ocorre principalmente "em contextos de exposição profissional por contacto direto ou próximo com animais infetados ou com os tecidos, penas, excrementos ou inalação de vírus por contacto próximo com animais infetados ou ambientes contaminados". Tal como o Notícias ao Minuto já tinha explicado, o vírus não se transmite através do consumo de carne nem de ovos.

A DGS continuará a acompanhar ativamente a evolução deste foco de Gripe Zoonótica de Alta Patogenicidade e "mantem a comunicação regular, atualizando a população sobre o risco para a saúde humana sempre que necessário".

Operadores são responsáveis pelo estado sanitário dos animais

A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) explicou que as ações para erradicação do foco de doença "incluem a inspeção ao local onde a doença foi detetada, a eliminação dos animais afetados, a limpeza e desinfecção das instalações, a restrição da movimentação e a vigilância das explorações com aves situadas nas zonas de restrição, num raio de até 10 km em redor do foco".

Segundo esta autoridade, "os operadores são os primeiros responsáveis pelo estado sanitário dos seus animais e devem comunicar de imediato qualquer suspeita de doença à DGAV", uma vez que a "deteção precoce de focos é essencial para a implementação célere de medidas de controlo, evitando a disseminação da doença e minimizando perdas para o setor".

"Perante a evidência de circulação do vírus da GAAP, a DGAV apela a todos os detentores de aves para que cumpram rigorosamente as medidas de biossegurança e as boas práticas de produção avícola. Estas incluem evitar contactos diretos ou indiretos entre aves domésticas e aves selvagens, reforçar os procedimentos de higiene de instalações, equipamentos e materiais, e aplicar um controlo rigoroso dos acessos aos estabelecimentos onde as aves são mantidas", apelou ainda.

A Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA) disse à agência Reuters que o vírus H5N1 foi detetado num bando de 55.427 aves de capoeira na aldeia de São João das Lampas, tendo provocado a morte a 279 aves, de acordo com um relatório das autoridades portuguesas.

Hong Kong e Macau proíbem importação de frango de Lisboa

A região semiautónoma chinesa de Hong Kong proibiu, ontem, a importação de carne de frango e derivados, incluindo ovos, do distrito de Lisboa, na sequência da deteção de casos de gripe aviária. Macau adotou a mesma posição.

O território importou cerca de 110 toneladas de carne de frango congelada de Portugal nos primeiros nove meses de 2024, de acordo com dados oficiais citados no comunicado.